Nelson Giordano Delgado

*O Curso “Vittorio Marrama”: uma experiência
eurolatino-americana de mestrado em políticas
agrícolas e desenvolvimento rural**

Em 1988, uma missão técnica composta por representantes da Cooperação Técnica Italiana, da FAO, e do Projeto FAO/Procaplan escolheu o Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), para ser a instituição latino-americana responsável pela criação e desenvolvimento do Curso de Mestrado em Planejamento e Políticas de Desenvolvimento Agrícola e Rural para a América Latina e o Caribe, “Vittorio Marrama” (VM), financiado pelo Governo Italiano, através da FAO, e com um corpo docente composto por uma parceria entre professores latino-americanos, principalmente do CPDA, e europeus, em sua quase totalidade italianos.

A primeira turma de alunos do VM iniciou em março de 1989 e no segundo semestre de 1996 será realizado o exame de seleção para a escolha da quarta turma. Até agora participaram do curso 55 estudantes, dos quais 42 não-brasileiros de 15 países da América Latina e o Caribe - Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Cuba, El Salvador, Equador, Haiti, México, Nicarágua, Peru, República Dominicana, Santa Lúcia, Uruguai, e Venezuela - e 13 brasileiros.

O objetivo deste ensaio é apresentar brevemente a experiência do VM como um exercício acadêmico pioneiro de ensino na área de políticas agrícolas e desenvolvimento rural na América Latina e o Caribe, destacando algumas das implicações para o desenvolvimento rural e a formulação de políticas públicas das transformações econômicas regionais e mundiais ocorridas na década de 80, a estrutura curricular detalhada do mestrado, e esboçando, no final, muito sucintamente, algumas observações sobre possíveis avanços e limitações da experiência.¹

* * *

A postura do corpo docente do Mestrado "Vittorio Maramba" foi, desde o início, a de que a política e o planejamento econômico-sociais são indispensáveis para o desenvolvimento agrícola e rural na América Latina e o Caribe, em especial se o objetivo for que esse processo seja equitativo e democrático.

Isso posto, e como a criação do VM está localizada temporalmente no final da década de 80, seu ponto de partida "natural" para a consideração dessa problemática da intervenção pública para o desenvolvimento agrícola e rural na região foi o reconhecimento da falência do modelo de industrialização via substituição de importações, da crise do Estado, e das transformações em curso no capitalismo mundial. Com esse ponto de partida inevitável, o passo

* Este texto foi apresentado na "Mesa Redonda IV: Avances en la enseñanza de políticas agrícolas" do Seminário Internacional "Jornadas Redcapa 1996: La educación superior en economía rural y desarrollo sostenible", organizado por Redcapa, CPDA/UFRRJ e o Projeto Itália/FAO, no Rio de Janeiro, de 6 a 10 de maio de 1996.

¹ Note-se que, desde o seu início, o curso tem sido avaliado tanto pela FAO como pelo governo brasileiro, através da Capes. De modo geral, as avaliações têm sido muito positivas, destacando a pertinência e o sucesso da experiência. Um indicador relevante desse desempenho é o número de alunos que defenderam suas teses: cerca de 60% na primeira turma e de 90% na segunda. Os alunos da terceira turma ainda estão em fase de elaboração das teses.

seguinte foi a admissão de que as concepções tradicionais acerca da política e do planejamento agrícola e do desenvolvimento agrícola e rural também estavam em crise, e de que fora do paradigma neoliberal não existem mais certezas que possam facilitar o seu reequacionamento.

A consideração do desenvolvimento agrícola e rural na América Latina hoje requer o rompimento com a concepção que o via como um processo homogeneizador e uniformizador das formas de produção, dos contratos de trabalho, dos sistemas de propriedade e de posse da terra, etc., em favor de uma visão comprometida com a afirmação da legitimidade da diversidade existente no meio rural, entre sistemas de produção, estilos de organização rural, sistemas de propriedade, contratos de trabalho, tipos de integração rural-urbano e agricultura-indústria, etc., e que não reduza o rural, pura e simplesmente, à atividade agrícola.

Além disso, os danos ambientais associados ao modelo da revolução verde impuseram como prioridade crescente que o desenvolvimento agrícola e rural deva ser auto-sustentável, capaz de preservar o meio ambiente e os sistemas ecológicos existentes, de modo que o conceito de modernização tecnológica tem de ser profundamente revisto para incorporar um novo conjunto de tecnologias que, ao contrário daquelas universalizadas pela revolução verde, são *location specific*, de manejo coletivo, não incorporadas em bens físicos e altamente valorizadoras das práticas e dos saberes acumulados pelos agricultores em sua relação com o meio ambiente. Por outro lado, a preocupação internacional com a preservação do meio ambiente está fazendo com que o desenvolvimento sustentável deixe de ser uma preocupação apenas para os programas de combate à pobreza financiados por organismos internacionais ou por organizações não-governamentais. Com efeito, ele começa a imiscuir-se também na agricultura capitalista, na medida em que a preservação ambiental está passando a ser um elemento importante de diferenciação de produtos no mercado internacional, da mesma forma que a sua não consideração funciona como uma barreira à entrada dos produtos de agroexportação nesse mercado.

Por fim, o desenvolvimento agrícola e rural na América Latina implica tanto a reinserção de sua agricultura e de seu sistema agroindustrial no comércio internacional, através do aumento das exportações, como a ampliação do mercado interno e o combate direto à pobreza rural. Ou seja, exige o cumprimento simultâneo e não trivial de objetivos que podem ser conflituosos ou inexecutáveis, porque requerem tanto a modernização e a consolidação

da agricultura capitalista - através do aumento de sua competitividade internacional e da criação e consolidação de mecanismos não-estatais de financiamento de suas atividades de produção e de comercialização - como a integração não penalizadora do sistema agroalimentar à economia doméstica, através da ascensão da distribuição da renda e da segurança alimentar a objetivos prioritários na estratégia de crescimento econômico, e o fortalecimento da agricultura familiar, seja pelo aumento da capacidade competitiva de seus segmentos mais tecnificados, seja pela implementação de programas estatais ou públicos que visem criar diretamente condições para a "mobilização do potencial produtivo dos pobres", na feliz expressão de Alain de Janvry.²

Essa complexificação da concepção de desenvolvimento agrícola e rural - aliada à admissão da crise do Estado e da perda de autonomia na execução das políticas nacionais devida à globalização - influencia, é evidente, a concepção sobre o caráter, a abrangência, a eficácia, e a composição das políticas públicas, e o faz de modo não trivial. Demos dois exemplos. Primeiro, público não é mais estritamente sinônimo de estatal, na medida em que várias políticas a nível local, que tradicionalmente eram executadas por agências governamentais, passam agora a ser iniciativa também de organizações não-governamentais. Essa mudança de agentes na condução da política pública reflete a importância crescente que o enfoque participativo e descentralizado assume na formulação e implementação das políticas diferenciadas - especialmente para os grupos ou comunidades camponesas - como consequência tanto da democratização política e da maior complexidade assumida pela intervenção pública diante do reconhecimento da diversidade existente no campo, quanto da ineficácia das práticas mais abrangentes e uniformizadoras de intervenção. Tenta-se, assim, substituir um modelo de intervenção em que a presença da burocracia estatal era muito forte em seu desenho e execução por outro em que a ênfase recai "na geração de condições de desenvolvimento a partir do fomento das ações do campesinato (desenvolvimento comunitário, organização cooperativa, infraestrutura rural, etc.)"³, numa concepção muito próxima à da "mobilização do

² Em "Reformas en las áreas económica y social: el desafío de un crecimiento equitativo en la agricultura de América Latina", *Políticas Agrícolas*, 1(0), 1994: 9.

³ Ruerd Ruben, "Componentes académicos para el curriculum de la educación superior en economía agrícola en América Latina". In: Romano, Jorge O. y Eykman, Wessel, (orgs.), *La Postgraduación en Economía y Políticas Agrícolas y Desarrollo Rural: Curricula y Perfil Profesional*. Rio de Janeiro: Redcapa/Edur, 1996: 3.

potencial produtivo dos pobres” de De Janvry. E segundo, acentua-se a distinção e a interdependência entre as políticas macroeconômica, setorial e local. Os fenômenos da globalização e da regionalização acentuaram a importância do acompanhamento das políticas macroeconômicas, tanto no país como no exterior, dada a sua influência sobre o comércio, os preços e as rendas agrícolas. Esses mesmos processos, por sua vez, juntamente com a crise do Estado e as decisões tomadas em foros internacionais, como o Gatt, tendem a impor limites à autonomia dos países na implementação dos principais instrumentos de política agrícola, enquanto política setorial, prevalentes na América Latina, tais como as políticas de crédito e de preços mínimos. Nesse sentido, não é absurdo conjecturar que, no limite, a política para a agricultura vai se concentrar no manejo da política macroeconômica (cambial, comercial, monetária e fiscal) - tendo em vista, por exemplo, alguns objetivos macrosetoriais vinculados mais de perto, mas não apenas, à agricultura capitalista, como o estímulo à agroexportação e à agroindustrialização, a proteção da produção doméstica, etc. - e na execução de políticas locais e descentralizadas, ativas ou compensatórias, em que as parcerias público-privado sejam mais operacionalizáveis, e as políticas diferenciadas e de desenvolvimento sustentável mais exequíveis e controláveis pelo seu público-meta. Assim, é possível que no futuro as secretarias de agricultura dos estados e dos municípios sejam operacionalmente mais importantes do que os ministérios da agricultura, de modo que a política agrícola enquanto política setorial só se mantenha naquelas situações em que se confunda com a política regional - como poderia ser o caso, por exemplo, de uma política para a Amazônia.

Reconhecendo, portanto, a complexidade analítica e prática que assume hoje a temática do desenvolvimento agrícola e rural, especialmente nos países em desenvolvimento, e a inexistência de paradigmas aceitos amplamente que permitam a formulação de propostas operacionais de consenso e que sejam facilmente generalizáveis, mesmo assim a ambição principal do VM tem sido a formação de professores universitários, pesquisadores, técnicos de agências governamentais e de organizações não-governamentais que possam compreender o alcance e o significado das atuais mudanças e tendências econômicas e sociais da agricultura latino-americana e caribenha e que adquiram capacidade para encaminhar propostas de transformação do meio rural - que busquem compatibilizar ou reduzir os conflitos entre a modernização econômica, o desenvolvimento sustentável e a equidade social - tendo em

vista o crescente processo de integração agroindustrial por que passam essas agriculturas, sua crescente inserção no comércio mundial, e as políticas macroeconômicas de ajuste externo e de estabilização que têm acompanhado a crise do Estado desenvolvimentista na América Latina.

Essa perspectiva tem duas implicações imediatas. A primeira é reafirmar que a ênfase prioritária do VM será a intervenção pública no meio rural no marco das políticas macroeconômicas, da expansão agroindustrial, da abertura para o mercado internacional, da eliminação da pobreza rural, e da integração e consolidação do segmento camponês ou de agricultura familiar. A segunda é reconhecer que o enfrentamento dessa prioridade, apesar do destaque que assume o econômico, exige uma abordagem multidisciplinar das ciências sociais que ajude na tentativa de aproximar-se dessa temática não de uma perspectiva unidimensional, como é muito comum nos cursos tradicionais de economia agrícola, mas sim insistindo na complexidade e na multidimensionalidade do mundo real.

Em princípio, a consideração da intervenção pública no setor agrícola e agroindustrial desdobra-se em quatro componentes básicos: as políticas macroeconômicas, que afetam os fluxos comerciais, os preços, e as rendas dos agricultores; as políticas agrícolas de mercado e de produção que visam, principalmente, a modernização agroindustrial, tanto nos segmentos capitalistas como na agricultura familiar tecnificada; as políticas de desenvolvimento rural voltadas para o segmento camponês e para a eliminação da pobreza; e o planejamento do desenvolvimento agrícola e rural no longo prazo.

A recuperação do planejamento deveria ser concebida não como a de um conjunto de técnicas ou de planos setoriais, mas como a de uma instância estratégica para detectar as tendências estruturais de longo prazo e para organizar propostas que definam prioridades também de longo prazo, preocupadas com a compatibilização das ações implementadas nos níveis macro, setorial e local, que afetam diversamente os diferentes grupos sociais rurais. Assim, a relevância do planejamento somente pode ser apreciada tendo como referência o conjunto de políticas macroeconômicas, setoriais e locais manejadas pelo Estado moderno, as tendências do sistema agroalimentar mundial, e as inter-relações entre agroindustrialização, mercado e democracia nas sociedades capitalistas periféricas. Ademais, para avançar nesse esforço

didático de tentar recuperar a relevância do planejamento seria importante acompanhar atentamente o processo de transição por que passam as economias ditas planejadas do Leste Europeu, avaliar a chamada crise do planejamento e do Estado regulador, e repensar a tradição latino-americana de pensamento sobre o planejamento econômico e discuti-la à luz das experiências concretas de planejamento agrícola nas duas últimas décadas.

Por fim, nunca é excessivo enfatizar que também a formulação e a execução da política pública para o desenvolvimento agrícola e rural deve evitar um modelo de intervenção centralizador, uniformizador e homogeneizador, a favor da diversidade de objetivos, da descentralização e da flexibilidade instrumental e operacional. Primeiro, porque estamos tratando de uma região na qual a diversidade da agricultura entre os países ou grupo de países é muito grande. Ou seja, existe na América Latina uma desigualdade de desenvolvimento do capitalismo, de integração agricultura-indústria, de integração ao sistema agroalimentar mundial, e de condições de reprodução do campesinato. E segundo, porque a própria complexidade do Estado moderno impõe a consideração de sua atuação e de suas funções e limites no marco da concorrência entre os diversos grupos de interesse pelos benefícios da política pública, do surgimento de novos atores sociais, do desenvolvimento das novas tecnologias apropriadas à definição de novas frentes de expansão, dos requisitos de participação e de descentralização das propostas democráticas de integração econômica, social e política do campesinato, e da definição de esquemas de financiamento que viabilizem um novo surto expansionista das economias do continente.

* * *

A estrutura curricular do VM foi definida pelo seu Comitê Científico - que é o colegiado do curso - onde o CPDA, os professores italianos e a FAO estão representados. Essa estrutura já passou por algumas adaptações, mas manteve a essência de sua concepção originária, formulada em 1988. A seguir se apresenta a estrutura curricular do VM, com a distribuição das disciplinas em três semestres letivos e com a indicação do(s) professor(es) responsável(eis) por cada uma no período 1994/95.

Primeiro semestre

- Teoria Econômica I (45 horas), Fernando Cardim de Carvalho (IEI/UFRJ)

e Ana Célia Castro (CPDA/UFRRJ).

- Teoria Econômica II (45 horas), Michele De Benedictis (Università di Roma, "La Sapienza") e Jacob Frenkel (UFRJ).
- Estado Moderno e Organização de Interesses (45 horas), Jorge Romano e Regina Bruno (CPDA/UFRRJ).
- Formação e Dinâmica dos Sistemas Agrários na América Latina e o Caribe (30 horas), Guillermo Palacios (CPDA/UFRRJ).
- Agricultura e Estruturas Agroindustriais (45 horas), John Wilkinson (CPDA/UFRRJ).
- Metodologia de Pesquisa I (30 horas), Peter May (CPDA/UFRRJ) e César das Neves (UFRJ).

Segundo semestre

- Análise Econômica e Social da Mudança Tecnológica na Agricultura (30 horas), Maria Fonte (Università di Napoli).
- A Pequena Produção Agrícola e o Desenvolvimento Rural: Teoria e Política (45 horas), Jorge Romano (CPDA/UFRRJ).
- Formulação e Análise de Políticas Agrícolas (45 horas), Nelson Delgado (CPDA/UFRRJ).
- Comércio Internacional de Produtos Agroalimentares I (30 horas), Giovanni Anania (Università della Calabria).
- Comércio Internacional de Produtos Agroalimentares II (30 horas), Fabrizio De Filippis (Terza Università di Roma).
- Instituições e Política para o Governo do Sistema Agroalimentar Mundial (30 horas), Elisabetta Basile (Università di Roma, "La Sapienza").
- Metodologia da Pesquisa II (15 horas).

Terceiro semestre

- Sistema Agroalimentar Mundial: Origem, Estrutura, Funcionamento e Dinâmica (30 horas), Marcello Gorgoni (Università di Napoli).
- Análise Quantitativa das Políticas Agrícolas (45 horas), José Maria da Silveira (IE/UNICAMP).
- Planejamento, Desenvolvimento e Agricultura na América Latina e o Caribe (45 horas), Renato Maluf (CPDA/UFRRJ).
- Análise Comparada de Sistemas e Políticas Agrícolas (30 horas), Guido Fabiani (Terzà Università di Roma).

- Política e Economia de Recursos Naturais e Meio Ambiente (45 horas), Peter May (CPDA/UFRRJ).
- Metodologia da Pesquisa III (15 horas).

Para efeito de exposição, vamos agrupar essas disciplinas em três blocos temáticos. Um primeiro que destaca os processos econômico-sociais em curso no sistema agroalimentar latino-americano e mundial. Um segundo que trata das políticas públicas para o sistema agroalimentar, tanto na América Latina, como na Europa e nos Estados Unidos. E um terceiro que inclui disciplinas, tanto teóricas como aplicadas, que fazem a interface entre as duas temáticas anteriores.

Começamos pelo bloco da interface. Aqui incluímos as Teorias Econômicas (I e II) e as disciplinas sobre Pequena Produção Agrícola e Desenvolvimento Rural, e Metodologia de Pesquisa (I).

Nas teorias econômicas estão incluídos, grosso modo, os seguintes conteúdos: 1) a macroeconomia keynesiana enquanto teoria de uma economia monetária e seus desdobramentos pelos chamados “novos keynesianos”; 2) o modelo IS/LM de equilíbrio macroeconômico, e o monetarismo de Friedman e dos “novos clássicos”; 3) concorrência oligopolista, progresso técnico, e teorias do crescimento da firma; 4) noções fundamentais da microeconomia neoclássica (teorias da produção e do consumo); e 5) a microeconomia neo-institucionalista e suas aplicações a problemas de economia agrária. Esse conteúdo das teorias econômicas é relevante para os dois blocos. A discussão macroeconômica é fundamental para a análise da política econômica, como se sabe tradicionalmente, mas a ênfase na teorização de uma economia monetária nos encaminha para a discussão de preços e de financiamento, e assim para as noções de endividamento e fragilidade financeira (Minsky), que são relevantes para a caracterização da agricultura numa economia moderna. A introdução das teorias da concorrência oligopolista e do crescimento da firma visa fundamentar a possibilidade de que o sistema agroindustrial na América Latina possa ser investigado da ótica da estrutura de mercado, dos padrões de concorrência, e das estratégias competitivas das empresas. Por fim, as questões introduzidas pela economia neo-institucionalista - por exemplo, a consideração dos custos de transação, da racionalidade dos arranjos institucionais construídos para fazer frente às falhas do mercado ou mesmo à sua ausência, parcial ou total, e da diversidade rural como um condicionante à eficácia das políticas agrícola e agrária, entre outras - têm revitalizado o estudo da economia camponesa e

introduzido novos conteúdos na análise do desenvolvimento rural e das políticas públicas para o campesinato.

A disciplina sobre Pequena Produção e Desenvolvimento Rural faz uma interface entre os dois blocos porque, ao mesmo tempo em que ressalta as especificidades da pequena produção no sistema agroalimentar, considera-a como objeto de desenvolvimento rural na América Latina, e portanto sujeita a diferentes esquemas de intervenção pública. Sua temática pode ser dividida em três partes, para facilitar a exposição. A primeira enfatiza a construção do rural e do campesinato como problema de conhecimento nas ciências sociais e se detém sobre os fundamentos da análise econômica da unidade camponesa. A segunda trata da especificidade da ação coletiva dos pequenos produtores agrícolas e da pequena produção como objeto de desenvolvimento rural na América Latina, desde os projetos de desenvolvimento de comunidades até os PDRI's, passando pelas políticas de reforma agrária. Discute também o esquema institucional do desenvolvimento rural - a construção do produtor moderno/profissional pelas agências de pesquisa e extensão e pelo ensino agrícola - e a visão das agências internacionais (como o Banco Mundial e a FAO) sobre a questão da pobreza rural. A terceira parte da disciplina encaminha a discussão sobre a busca de novas estratégias de desenvolvimento rural na América Latina no contexto da crise e da democratização: a perspectiva agroecológica; regionalização e descentralização; a redescoberta do desenvolvimento local; participação e poder: municipalização e poder local, o terceiro setor, narcotráfico e violência (o poder "ilegal"); ecodesenvolvimento e etnodesenvolvimento (o caso da Amazônia); e desenvolvimento agrícola sustentável. E encerra com três discussões metodológicas: a análise de sistemas agrários, o diagnóstico participativo, e a avaliação de experiências alternativas.

A disciplina de Metodologia de Pesquisa I apresenta o instrumental mínimo necessário para o nivelamento dos estudantes na aplicação da metodologia de análise quantitativa às temáticas tratadas nos dois blocos de disciplinas. Nesse sentido, seu conteúdo inclui: os principais indicadores de estatística econômica; o tratamento de séries temporais e sua interpretação; o uso dos dados estruturais e transversais disponíveis sobre o setor agroalimentar para a análise das políticas públicas, da economia familiar, e dos processos de modernização; a análise de custo-benefício; e a introdução ao uso de modelos de insumo-produto.

No bloco que analisa os processos econômicos e sociais em curso no sistema agroalimentar latino-americano e mundial incluímos as disciplinas de Formação dos Sistemas Agrários, de Estruturas Agroindustriais, de Análise Econômica e Social da Mudança Tecnológica, e de Sistema Agroalimentar Mundial. Este bloco temático está centrado, metodologicamente, no conceito de sistema agroalimentar como referencial básico para a consideração dos processos econômicos e sociais que afetam, desde várias perspectivas - tecnológica, agroindustrial, de padrões de consumo, etc. - o meio rural na América Latina.

Seu ponto de partida é a formação histórica dos sistemas agrários regionais, com destaque para o século XIX até a crise dos sistemas agro-exportadores com a Grande Depressão na década de 30 deste século. A ênfase recai sobre as relações entre agricultura em crise e industrialização e sobre os tipos e funções da reforma agrária na América Latina. Em seguida, a disciplina Agricultura e Estruturas Agroindustriais introduz, teórica e metodologicamente, diversas abordagens acerca da relação entre a agricultura e a industrialização das atividades agroalimentares e não-alimentares. Discute-se as teorias da modernização agrícola, a noção de complexo agroindustrial, o enfoque de sistema agroalimentar, as influências recentes das análises neo-schumpeterianas e institucionais, e os debates sobre as tendências atuais do sistema agroalimentar, fordismo e pós-fordismo: globalização e transnacionalização, dinâmica da demanda, padrões tecnológicos e organizacionais, etc.

A disciplina Análise Econômica e Social da Mudança Tecnológica na Agricultura, aprofunda o exame da relação entre agricultura e industrialização através da consideração de um aspecto central dessa relação: a inovação tecnológica. Nesse sentido, apresenta-se criticamente os modelos tradicionais da adoção e difusão de novas tecnologias e da inovação induzida, para avançar no estudo de novas abordagens sobre a inovação tecnológica, tais como o modelo interativo de Dosi, o modelo do processo inovador como *network*, e a discussão da difusão e transferência de inovações a partir de um enfoque neo-schumpeteriano. A disciplina conclui com um exame do debate sobre o desenvolvimento atual das agrobiotecnologias: seu impacto sobre o sistema agroalimentar, sobre a política de pesquisa e os sistemas nacionais de inovações, as estratégias industriais, e sobre os direitos de propriedade sobre recursos genéticos e a guerra de patentes. Por fim, a disciplina sobre o Sistema Agroalimentar Mundial aborda sua origem e diferentes etapas; sua estrutura, em termos de mercados locais, nacionais e

internacionais, de padrões de produção e consumo, e dos fatores determinantes das especializações produtivas e comerciais; seu funcionamento, destacando as estratégias das empresas multinacionais (os “atores fortes com estratégias”) e suas conseqüências sobre o sistema, a perda de autonomia, marginalização e inserção subordinada dos “atores fracos sem estratégias” (a pequena produção agrícola), e a influência da ação e das políticas públicas, tanto a nível nacional como internacional; e sua dinâmica, com destaque para a questão da segurança alimentar e das políticas para assegurá-la, e sobre as implicações de curto e de longo prazo das mudanças políticas e econômicas iniciadas na década de 80 sobre o sistema agroalimentar mundial.

Por fim, o bloco que trata das políticas públicas para o sistema agroalimentar na América Latina e nos países centrais, inclui algumas disciplinas teóricas e instrumentais, como Estado Moderno e Organização de Interesses, Comércio Internacional de Produtos Agroalimentares I, e Análise Quantitativa das Políticas Agrícolas, algumas aplicadas - Instituições e Política para o Governo do Sistema Agroalimentar Mundial, e Análise Comparada de Sistemas e Políticas Agrícolas - e outras que combinam conteúdos teóricos e aplicados, como Formulação e Análise de Políticas Agrícolas, Comércio Internacional de Produtos Agroalimentares II, Planejamento, Desenvolvimento e Agricultura na América Latina e o Caribe, e Política e Economia de Recursos Naturais e Meio Ambiente.

Os eixos teóricos desse bloco de políticas públicas são diversos:

- 1) No contexto da discussão conceitual sobre o Estado capitalista contemporâneo, a análise do reordenamento das relações entre o público e o privado, que nos remete diretamente aos debates sobre a lógica econômica da ação coletiva, e à questão da representação e da organização de interesses. Com isso, alimentamos o exame de duas problemáticas importantes e inter-relacionadas: grupos de interesse e formulação de políticas (disciplinas de Estado e Organização de Interesses, e de Formulação de Políticas), e relações Estado-mercado, tanto da perspectiva do planejamento econômico (disciplina de Planejamento), como da inter-relação entre bens públicos, externalidades e eficiência alocativa e distributiva (disciplina de Política e Economia de Recursos Naturais e Meio Ambiente).
- 2) Partindo de uma economia aberta, a análise econômica (a) dos efeitos da política macroeconômica (fiscal, monetária, cambial, e comercial) sobre o

comportamento do setor agroalimentar e sobre as políticas setoriais (disciplina de Formulação de Políticas), (b) dos efeitos sobre o comércio internacional das políticas agrícolas de um país que seja importante importador/exportador, (c) das relações entre mercados com produtos diversos: complementaridade e substituição na produção e no consumo; produção conjunta, (d) dos efeitos da adoção de inovações tecnológicas e das variações na taxa de câmbio sobre o comércio internacional, (e) dos efeitos da política comercial e das trocas internacionais sobre o meio ambiente [disciplina de Recursos Naturais e Meio Ambiente e, de (b) a (e), disciplina de Comércio Internacional I], (f) das causas e da natureza do protecionismo na agricultura e dos principais instrumentos para sua mensuração (disciplina de Comércio Internacional II).

3) A análise econômica do desenvolvimento sustentável, com destaque à consideração da base conceitual e instrumental relativa à contabilidade ambiental e aos indicadores de sustentabilidade, aos instrumentos econômicos de controle ambiental, e à análise de benefícios e custos ambientais (disciplina de Recursos Naturais e Meio Ambiente).

4) O instrumental teórico mínimo para a análise quantitativa das políticas agrícolas em economias abertas. Isso inclui os indicadores de análise de políticas - em especial os de proteção e suporte, e os de eficiência ou de vantagens comparativas - os modelos de oferta-procura para análise de um mercado e para multimercados, a Matriz de Análise de Políticas, a Matriz de Contabilidade Social, e uma introdução aos modelos de equilíbrio geral computadorizados.

Do ponto de vista do que podemos chamar de temáticas aplicadas, o bloco de políticas inclui um elenco abrangente de objetos, que se referem tanto à experiência latino-americana, quanto à dos países centrais:

1) a análise comparada da relação entre políticas agrícolas e evolução do sistema agroalimentar nos países industrializados, com ênfase nos casos da Comunidade Européia, dos Estados Unidos, e da experiência soviética-russa (disciplina de Análise Comparada);

2) a análise da natureza e da evolução da política agrícola da Comunidade Econômica Européia (a PAC), como um estudo de caso de política protecionista dos países desenvolvidos (disciplina de Comércio Internacional II); a visão do Banco Mundial sobre a assimetria das políticas agrícolas entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento (disciplina de Formulação e Análise);

- 3) o exame das origens, estrutura e funcionamento do sistema de Bretton Woods e a criação do Gatt (disciplina de Instituições e Políticas), da relação Gatt e agricultura, do debate sobre a redução do protecionismo agrícola na Rodada Uruguai, e dos efeitos do Acordo Agrícola de 1994 sobre as políticas e o comércio agrícola mundiais (disciplina de Comércio Internacional);
- 4) a discussão do problema da abertura econômica dos países em desenvolvimento no contexto da assimetria entre as suas políticas agrícolas e a dos países desenvolvidos; a questão da cooperação agrícola Norte-Sul; e o modelo de cooperação da União Européia (disciplina de Instituições e Políticas);
- 5) tendo como referência a América Latina e o Caribe, a análise das experiências de ajuste estrutural na década de 80 e seus efeitos sobre as políticas agrícolas; a liberalização comercial, a integração regional - em especial o Nafta e o Mercosul - e a questão da harmonização versus a autonomia das políticas agrícolas nacionais; e a discussão da formulação das políticas agrícolas para a década de 90 (disciplina de Formulação e Análise);
- 6) o exame da experiência latino-americana de planejamento econômico e reformismo no pós-guerra: a Cepale e a economia do desenvolvimento, concepções e métodos de planejamento, e crise do Estado e crise do planejamento; a experiência latino-americana de planejamento agrícola: concepções, métodos e experiências recentes de planejamento agrícola, e planejamento agroalimentar, segurança alimentar e desenvolvimento sustentável.

* * *

Para finalizar esse ensaio apresentamos algumas observações sucintas e exploratórias a respeito de avanços e limitações da experiência do VM.

1) A característica de pós-graduação euro-latino-americana é um traço distintivo e pioneiro do VM, que merece ser destacado. Primeiro, porque permitiu que os estudantes latino-americanos convivessem com um corpo docente não homogêneo, nem monolítico, com formação acadêmica e experiência de pesquisa diversificadas, o que os expôs a diferentes concepções, metodologias, e ênfases no tratamento das temáticas principais do curso. Segundo, porque permitiu aos estudantes o acesso a uma bibliografia ampliada, trazida pelos professores europeus, nem sempre disponíveis nas condições muitas vezes

precárias das nossas bibliotecas. Terceiro, porque abriu espaço para um diálogo latino-americano/europeu acerca de temas sobre os quais a experiência europeia do pós-guerra é fundamental - como, por exemplo, o processo de integração da Comunidade Europeia e a implementação de uma política agrícola comunitária protecionista, cujos efeitos sobre a agricultura europeia mudaram a face do comércio internacional de produtos agrícolas a partir dos 70 - ampliando os horizontes de discussão da economia agrícola, usualmente hegemonicamente influenciados, em nossos países, pela experiência norte-americana. E quarto, porque criou condições para o início de um intercâmbio entre os professores do CPDA e os italianos, com desdobramentos previstos na área de investigação comparada, incluindo a participação de ex-alunos do VM.

2) Apesar do predomínio da economia, a perspectiva multidisciplinar do VM representa um avanço no ensino das temáticas do desenvolvimento rural e das políticas públicas. Mesmo um rápido exame do *currículo* do curso permite reconhecer a abrangência dos temas tratados pelo VM, que incluem abordagens da ciência política, da sociologia, da história e da antropologia, além da economia. É claro que se pode argumentar legitimamente que essa estrutura de curso acaba levando a um tratamento mais generalista do que aprofundado das temáticas, o que se reflete no excessivo número de disciplinas que compõe o *currículo* do VM. Essa é uma questão controversa, embora se possa contra-argumentar pela quase inevitabilidade dessa perspectiva, dada a heterogeneidade profissional do corpo discente do VM, apostando que o doutorado poderia ser o local acadêmico para o aprofundamento da problemática selecionada por cada estudante.

3) Uma marca distintiva explícita do VM desde sua criação é a de que ele se concentra nos aspectos macro, tanto dos processos econômicos e sociais como das políticas públicas para o sistema agroalimentar. Assim, afirmava-se que o objetivo do VM era formar profissionais capazes de compreender as inter-relações existentes entre o macro e o setorial no processo de desenvolvimento de uma economia capitalista periférica, o primeiro incorporando a política macroeconômica, as mudanças na economia nacional, a transformação do sistema agroalimentar mundial, e as tendências do comércio internacional, e o segundo englobando as políticas públicas de desenvolvimento agrícola e rural, e os processos de agroindustrialização e de integração ou exclusão da produção familiar e do campesinato à modernização setorial. Essa perspectiva estava influenciada pelo processo de globalização em curso e pelas políticas de ajuste à crise externa que ocorreram na América Latina e o Caribe na década

de 80, que praticamente eliminaram a autonomia do setorial, tanto no que diz respeito a processos como a políticas, e submeteram as suas transformações a movimentos ocorrendo a nível macro, nacional e internacional. Desse ponto de vista, a postura macro do VM foi um avanço em relação aos cursos tradicionais de economia e de sociologia agrícola, com sua ênfase nos aspectos microeconômicos ou de desenvolvimento de comunidades e sua tendência a considerar a agricultura ou o meio rural independentemente do resto da economia e da sociedade. Mas talvez a guinada do VM em relação ao macro tenha sido exagerada. Como se sabe, o fenômeno da globalização foi acompanhado por um processo concomitante de regionalização, que recolocou a importância da territorialização e dos processos locais no estudo do desenvolvimento rural. Além disso, o estudo do campesinato e da diversidade rural não podem ser adequadamente empreendidos apenas de uma perspectiva macro, já que esta tende, quase que inevitavelmente, a enxergar a realidade com um viés uniformizador. Assim, é provável que a discussão de sistemas agrários e de desenvolvimento local deva, por exemplo, ganhar mais espaço na estrutura curricular do VM.

4) Por fim, outro dos avanços propiciados pelo VM foi a introdução da discussão do desenvolvimento sustentável e do instrumental de análise quantitativa da política agrícola em seu *curriculum*. No entanto, essa introdução ainda foi muito tímida. Quanto ao desenvolvimento sustentável, a ampliação do tratamento da temática é inevitável, embora muito trabalho ainda deva ser feito para sua incorporação satisfatória ao estudo do desenvolvimento rural e das políticas públicas. Em relação à análise quantitativa a situação é mais complicada, porque exige um nível de qualificação na área que o público do VM normalmente não possui. Uma alternativa poderia ser a definição de um nível mínimo de nivelamento em relação à instrumentalização e à compreensão das abordagens quantitativas para os alunos do mestrado, abrindo no doutorado a possibilidade de que possam ser aprofundadas, tanto teórica como operacionalmente.

Nelson Giordano Delgado é
professor da UFRRJ/CPDA.

Estudos Sociedade e Agricultura, 6, junho 1996: 49-64.